



GEDES

Grupo de Estudos de Defesa e
Segurança Internacional

**OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE
DEFESA E FORÇAS ARMADAS**

INFORME BRASIL Nº 14/2026

Período: 02/05/2026 a 08/05/2026

GEDES – UNESP/UNIFESP/UFRRJ

- 1- Exército prevê investimento para se adaptar à "era dos drones"
- 2- Coluna discute a erosão da ordem internacional e o papel militar do Brasil no cenário global
- 3- Superior Tribunal Militar aprovou resolução que aumenta as verbas de pagamento aos magistrados da Justiça Militar
- 4- Supremo Tribunal Federal discute a diminuição da pena dos condenados pela trama golpista
- 5- Acervo de coronel do Exército brasileiro revela colaboração britânica com a ditadura militar brasileira
- 6- Aeronáutica conduz perícia de avião que caiu e colidiu com um prédio em Belo Horizonte (MG)
- 7- Relatório divulgado pela Comissão sobre Mortos e Desaparecidos Políticos constatou que ex-presidente Juscelino Kubitschek foi assassinado pelo regime militar (1964-1985)
- 8- Registro Aeronáutico Brasileiro concluiu investigação sobre pane em avião monomotor que realizou pouso de emergência no interior do Acre
- 9- Instituto Tecnológico da Aeronáutica disponibilizou instruções para isenção da taxa do vestibular 2027
- 10- Reportagem pontuou o simbolismo político das camisas amarelas da Seleção Brasileira de Futebol utilizadas em manifestações
- 11- Colunista retratou a trajetória do Partido Progressistas e sua origem no Partido Arena, agremiação oficial do regime militar brasileiro

1- Exército prevê investimento para se adaptar à "era dos drones"

De acordo com o periódico *O Estado de S. Paulo*, o Exército vai se adaptar à "Era dos Drones" após estudos do Estado-Maior concluírem que a instituição não está preparada para os conflitos atuais e futuros. O comandante da Força Terrestre, general Tomás Miguel Ribeiro Paiva, publicou as novas alterações que influirão no desenho institucional, capacidades, formação militar e nas novas formas de operações, caracterizadas pela atuação espacial, cibernética, terrestre, aérea e marítima. O documento afirmou que os gastos com defesa se tornaram um imperativo para evitar o aumento das vulnerabilidades estratégicas

nacionais. O documento prevê que todos os setores do Exército terão drones que serão acompanhados por um batalhão que será criado no Comando de Aviação do Exército. O documento encerrou reforçando que a América do Sul tem a “posição importante no tabuleiro geopolítico internacional em que se configura um mundo multipolar”. A reportagem do *Estadão* ainda abordou a questão orçamentária, em que o Exército solicitou, ao Ministério da Defesa um orçamento abaixo das expectativas, reforçando a necessidade de uma eficiência na priorização de necessidades. Para a transformação gradual, foram solicitados R\$400 bilhões para a modernização até 2040. O Exército ainda garantiu que as alterações não mudarão a capilaridade atual da instituição e que o plano propõe transformar o Exército por meio de inovação, integração tecnológica e mudança de mentalidade, para garantir a defesa e a soberania nacional através de oito capacidades-chave: superioridade de informações, proteção de estruturas críticas, pronta resposta, comando e controle, enfrentamento, sustentação, projeção de poder e apoio ao Estado. Também priorizará o fortalecimento da indústria de defesa e a capacitação dos militares. (O Estado de S. Paulo - Política - 03/05/26)

2- Coluna discute a erosão da ordem internacional e o papel militar do Brasil no cenário global

Em coluna opinativa no *Correio Braziliense*, Fauzi Hassan Choukr, especialista em relações globais e Direito Penal Internacional, e promotor de Justiça aposentado, discorreu sobre o que entende como a erosão da ordem internacional e argumentou que há uma fragilidade nas democracias que apoiam essa ordem. Ao tratar do papel de diversos países nos atuais (e possivelmente futuros) conflitos, o colunista argumenta que um envolvimento direto do Brasil no âmbito militar é improvável, mas não pode ser descartado. Choukr defendeu que abandonar a indústria militar nacional foi “um erro histórico lamentável”, apontando uma postura dissuasiva, centralidade geopolítica na América Latina e a posição no Brics como elementos prejudicados no cenário brasileiro. (Correio Braziliense - Opinião - 04/05/26)

3- Superior Tribunal Militar aprovou resolução que aumenta as verbas de pagamento aos magistrados da Justiça Militar

Em reportagem, o jornal *Folha de S. Paulo* relatou que o Superior Tribunal Militar (STM) aprovou a resolução que amplia as verbas de pagamento aos magistrados da Justiça Militar que fará com que recebam montantes maiores que o teto constitucional de 46 mil reais por mês. Essa medida foi aprovada sem o cálculo de impacto no orçamento, de acordo com a assessoria. Contudo, em nota, o STM afirmou que verbas como auxílio natalidade e licença compensatória estão sendo extintas e, por isso, as novas determinações fazem a adequação das verbas reconhecidas como constitucionais pelo Supremo. Em 25/03/2026, o Supremo Tribunal Federal limitou o pagamento de penduricalhos. Flávio Dino, ministro do STF, disse que os penduricalhos seriam como uma "multiplicação anômala" de verbas ditas como indenizatórias, mas, na prática, são como complementos salariais. Então, foram eliminados auxílios como o auxílio natalino, combustível e alimentação, mas foram permitidas verbas para pagar um adicional aos magistrados que acumulam funções, a Justiça Militar, no dia 10/04/2026, ainda aprovou uma regra que aumentava o escopo dessa gratificação e a permitisse para mais ministros e juízes. Além disso, a verba

aprovada passou a ter caráter indenizatório, assim excluindo-a do teto salarial e evitando pagar o imposto de renda. Trabalhos no tribunal de honra, na auditoria interna e como juiz de garantias são consideradas para essa gratificação. Além disso, o Supremo Tribunal Militar modificou o adicional de permanência para estender o pagamento a ministros que não estão mais ativos, sendo esse adicional de 5% acrescido de 5% por promoção que ocorrer após fazer jus ao benefício. O periódico também ressaltou que a remuneração base, sem penduricalhos, para ministros do Supremo Tribunal Militar é por volta de 44 mil reais. (Folha de S. Paulo - Política - 06/05/26)

4- Supremo Tribunal Federal discute a diminuição da pena dos condenados pela trama golpista

Em reportagem, o periódico *Folha de S. Paulo* reportou que o Supremo Tribunal Federal (STF) se inclina a aprovar a diminuição das penas dos condenados pela trama golpista do 8 de janeiro, mas destacou a necessidade de lutar contra ameaças e ataques à democracia. Um grupo de ministros não está a favor da PL da Dosimetria por entender que ela seria um incentivo a mais ações antidemocráticas e que a severidade das punições poderia funcionar como uma espécie de vacina contra novas ações antidemocráticas, especialmente em vista das eleições ao final de 2026. Contudo, mesmo dentro desses grupos há um consenso de que a determinação das penas é uma atribuição do Congresso Nacional. Nesse sentido, os magistrados analisam que se as punições foram muito severas, elas foram determinadas pelo próprio Congresso, pois a dosimetria foi determinada com base nas próprias leis definidas pelo Legislativo. Em resposta à *Folha*, Pedro Uczai, líder do PT na Câmara dos Deputados, disse que caso o PL da dosimetria seja promulgado, o PT entrará com uma ação pedindo que ela seja declarada inconstitucional, o que já era esperado pelos magistrados da corte. Em resposta à *Folha*, um ministro do Supremo Tribunal Federal e interlocutores de outros quatro há um ambiente de maioria pela manutenção da lei. O periódico ainda destacou que o cenário atual do Judiciário é instável, em vista do caso do Banco Master. André Mendonça, Kássio Nunes Marques, Luiz Fux e Edson Fachin fazem parte do grupo que apoiam um Supremo mais autocontido em relação ao Congresso e são a favor da constitucionalidade da lei que diminui as punições. Gilmar Mendes diz que o Congresso tem a competência para diminuir as penas. Flávio Dino também afirma que o Congresso pode mudar a lei, mas destacou que a lei atual é boa e espera que não mude. Alexandre de Moraes, em dezembro de 2025, afirmou que a atenuação das penas passaria uma mensagem à sociedade de que o país tolera ou tolerará novas ações antidemocráticas. De acordo com a *Folha de S. Paulo*, Alexandre de Moraes manteve um canal de diálogo aberto com parlamentares sobre o projeto de lei oferecendo sugestões para a redação do texto. Com a nova lei, a pena de Jair Bolsonaro poderá ser reduzida para 22 anos e um mês com três anos e três meses em regime fechado. (Folha de S. Paulo - Política- 06/05/26)

5- Acervo de coronel do Exército brasileiro revela colaboração britânica com a ditadura militar brasileira

Em reportagem, o jornal *Folha de S. Paulo* relatou que foi revelado através do acervo do coronel Cyro Etchegoyen, militar responsável pela Casa da Morte, onde eram torturados e mortos opositores do regime militar (1964-1985),

documentos que descreviam a colaboração britânica com a ditadura, roubos praticados por militares e uma vítima de estupro. O acervo possui 3000 páginas de documentos que foram roubados do arquivo do Exército. Com as novas revelações, especialistas pedem pela abertura dos arquivos das Forças Armadas. Um dos documentos revelados é o "Relatório do Estágio de Informações na Inglaterra", que descreveu a participação de quatro militares do Brasil em um estágio na Inglaterra, a convite do governo britânico. Nesse estágio os brasileiros aprenderam métodos de tortura e interrogação. De 14 a 19 de dezembro de 1970, o coronel Milton Machado Martins e Etchegoyen estiveram no país e de 15 a 26 de fevereiro os tenentes-coronéis Moacyr Coelho e Milton Masselli Duarte foram para o Reino Unido. João Roberto Martins Filho, professor da Universidade Federal de São Carlos e autor do livro "Segredo de Estado: O Governo Britânico e a Tortura no Brasil (1969-1976)" afirmou que os membros do MI-5 ensinaram aos brasileiros as chamadas "Cinco Técnicas" que foram empregadas nos perseguidos da ditadura, de acordo com os relatos de vítimas. Os métodos diziam para colocar capuzes o mais cedo possível nos sequestrados, deixá-los parados na pontas dos pés por horas, servir refeições de má qualidade em horários aleatórios, colocar ruídos, ligar o ar condicionado em temperaturas extremamente baixas e controle total da luz. A Casa da Morte no Rio de Janeiro foi criada um mês após o estágio na Inglaterra. O periódico também destacou que no acervo de Etchegoyen também havia um relato do estupro de Marilene dos Santos Mello. Além disso, o acervo revelou casos de roubos praticados por militares na ditadura em imóveis onde cumpriam diligências. (Folha de S. Paulo - Política - 06/05/26)

6- Aeronáutica conduz perícia de avião que caiu e colidiu com um prédio em Belo Horizonte (MG)

Em reportagem, o jornal *O Estado de S. Paulo* informou que a Aeronáutica está realizando a perícia do avião que caiu e colidiu com um prédio em Belo Horizonte (MG), deixando três mortos e dois internados. A operação foi realizada pelo Terceiro Serviço Regional de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos (Seripa III), órgão do Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos (Cenipa). (O Estado de S. Paulo - Metrópole - 06/05/26)

7- Relatório divulgado pela Comissão sobre Mortos e Desaparecidos Políticos constatou que ex-presidente Juscelino Kubitschek foi assassinado pelo regime militar(1964-1985)

De acordo com reportagens publicadas pelos periódicos *Correio Braziliense* e *Folha de S. Paulo*, um relatório divulgado pela Comissão sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) constatou que a morte do ex-presidente da República, Juscelino Kubitschek, em agosto de 1976, foi uma decorrência de ações promovidas pelo regime militar (1964-1985), ao invés de um acidente automobilístico, como concluído previamente pela Comissão Nacional da Verdade. De acordo com a historiadora Maria Cecília Adão, responsável pela elaboração do parecer do caso, o carro em que Juscelino viajava pela Via Dutra (BR-116) teria sofrido com uma ação externa que provocou a saída do veículo da pista e a posterior colisão com uma carreta, contestando a versão oficial publicada pelo governo militar, que por sua vez, apontou que o carro dirigido pelo motorista e amigo de JK teria sido atingido por um ônibus durante uma

ultrapassagem, levando aos acontecimentos que provocariam a morte de seus ocupantes. A *Folha* relatou que investigações coordenadas pelo Ministério Público Federal entre 2013 e 2019 apontaram inconsistências na versão original, atestando que o carro do ex-presidente não teria batido em um ônibus antes de cruzar as pistas. Ademais, a relatora levou em conta as conclusões de processos abertos nas comissões estaduais da Verdade em São Paulo e Minas Gerais, que inferiram sobre a condução de um atentado político contra JK. Após a publicação do relatório, Anna Christina Kubitschek, neta do ex-presidente e responsável pelo Memorial JK, afirmou que “a reabertura sobre o debate da morte do avô é um passo significativo para a verdade histórica do Brasil”, trazendo à tona a importância da interpretação dos fatos em conformidade ao contexto político da época, uma vez que Juscelino Kubitschek foi cassado e perseguido pelo regime militar, em virtude de sua significativa posição como liderança na Frente Ampla em defesa da redemocratização, ao final dos anos 1970. (Correio Braziliense - Brasil - 08/05/26; Correio Braziliense - Política - 08/05/26; Folha de S. Paulo - Política - 08/05/26)

8- Registro Aeronáutico Brasileiro concluiu investigação sobre pane em avião monomotor, que realizou pouso de emergência no interior do Acre
Segundo reportagem publicada pelo jornal *Folha de S. Paulo*, um avião de pequeno porte realizou um pouso de emergência em um rio no município de Jordão, localizado no interior do Acre. Identificado como um monomotor EMB-720C, o avião foi fabricado por subsidiária da Embraer em 1980 e pertence à companhia Dugomes Air Táxi Aéreo, tendo sido adquirido em março de 2022, de acordo com registros da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac). A reportagem informou que a aeronave contava com capacidade máxima de ocupação, abarcando um piloto e seis passageiros em um trajeto com destino a Tarauacá. Após aproximadamente vinte minutos de voo, o piloto teria notado uma pane no motor e realizado uma tentativa de retorno, pousando emergencialmente na comunidade isolada de Duas Nações, onde foi parcialmente encoberto pela água do rio. Frente à ocorrência, os ocupantes do avião foram resgatados de barco. O Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos afirmou que investigadores do Sétimo Serviço Regional de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos foram acionados para conduzir a coleta e confirmação de dados e informações necessárias à investigação, bem como realizar a preservação de elementos e orientar a verificação de possíveis danos causados à aeronave e pela aeronave. O Registro Aeronáutico Brasileiro, por fim, concluiu que o monomotor apresentava normalidade e detinha autorização para a ocupação de taxi aéreo, podendo realizar somente voos diurnos. (Folha de S. Paulo - Cotidiano - 08/05/26)

9- Instituto Tecnológico da Aeronáutica disponibilizou instruções para a isenção da taxa do vestibular 2027

De acordo com reportagem publicada pelo periódico *Folha de S. Paulo*, o prazo para a solicitação de isenção da taxa de inscrição do concurso de admissão do Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA) para o ano de 2027 termina no dia 10/05/2026. Destinada a candidatos com renda familiar mensal de até meio salário mínimo por pessoa e a doadores de medula óssea cadastrados em instituições autenticadas pelo Ministério da Saúde, o benefício da isenção será concedido de forma integral a postulantes que realizarem a solicitação por meio

do preenchimento de formulário disponível em website do instituto e do envio de documentos comprobatórios - entre eles, comprovante de escolaridade, CPF e RG. Conforme instruções disponibilizadas pelo ITA, a concessão do benefício não garante a inscrição automática no vestibular, e portanto, os candidatos devem inscrever-se posteriormente, respeitando o edital próprio do processo seletivo. O ITA afirma que os participantes condecorados com o benefício da isenção ficam impedidos de solicitá-lo em edições seguintes do processo seletivo, caso não compareçam a qualquer fase prevista pelo edital. Em caso de fraude e de apresentação de informações falsas, por fim, a desclassificação é prevista pelo instituto, que pode, ainda, aplicar sanções penais aos candidatos. (Folha de S. Paulo - Educação - 08/05/26)

10- Reportagem pontuou o simbolismo político das camisas amarelas da Seleção Brasileira de Futebol utilizadas em manifestações
Conforme o periódico *Folha de S. Paulo*, a camisa amarela com detalhes em verde, vestimenta popularizada como uniforme principal da Seleção Brasileira de Futebol, transcendeu as linhas do esporte e assumiu a forma de um simbolismo nas esferas da moda e dos movimentos políticos da atualidade. Ainda que o verde seja a cor preponderante da bandeira do país, a seleção brasileira, historicamente, jogou com vestimentas brancas até o dia 16/07/1950, considerado, até então, “o maior vexame da história do time”, em decorrência da derrota para o Uruguai na final da Copa do Mundo, que teve espaço no estádio do Maracanã, no Rio de Janeiro. O resultado da partida levou o público brasileiro a associar o uniforme branco da seleção ao azar, e a má fama, por sua vez, motivou a Confederação Brasileira de Desportos a criar um concurso para o levantamento de sugestões destinadas ao *design* de um novo uniforme, no qual todas as cores da bandeira - verde, amarelo, azul e branco - deveriam estar. Com as vitórias nos mundiais de 1958, 1962 e 1970, a camisa amarela adquiriu seu atual *status*, introduzindo o mundo à “era de ouro” do futebol brasileiro. A reportagem publicada pela *Folha* trouxe à tona o modo como o uniforme da equipe futebolística popularizou-se no âmbito da moda, criando uma tendência estética que envolve o uso de roupas leves com o símbolo da bandeira brasileira, e pontuou, por fim, seu uso simbólico em manifestações como as “Diretas Já!” (1984), pelo fim da ditadura militar, e os ataques de 08/01/2023, motivando a Confederação Brasileira de Futebol, atual responsável pela seleção, a repudiar publicamente as atitudes dos manifestantes, que em grande parte, utilizavam as camisas amarelas no momento da invasão e da depredação de patrimônios e prédios públicos na região de Brasília. (Folha de S. Paulo - Folhinha - 08/05/26)

11- Colunista retratou a trajetória do Partido Progressistas e sua origem no Partido Arena, agremiação oficial do regime militar brasileiro
Em coluna opinativa no periódico *O Estado de S. Paulo*, o jornalista e repórter Fabiano Lana retratou a trajetória do Partido Progressistas e sua “amorfa ideologia”, em constante transformação ao longo de sessenta anos de atuação. De acordo com Lana, a origem do movimento remonta ao antigo partido Arena, criado em 1966 com o objetivo de assumir o posto de agremiação oficial para o regime militar (1964-1985). A partir de 1980, transicionou para os nomes PDS, PPR, PPB e PP, e desde o ano de 2017, atende pelo nome “Progressistas”. Embora a atual nomenclatura remeta a convicções de esquerda, o partido,

notoriamente, sobreviveu a partir de um “contorcionismo pelas estruturas do Estado”, apresentando uma fisiologia característica da política nacional brasileira. Segundo a coluna, ao longo do curso trilhado pelo Progressistas, tem-se que os partidos que desaguaram na agremiação contaram com figuras como o marechal Castelo Branco, um dos responsáveis pela condução dos processos que levaram ao golpe de Estado de 1964, e Paulo Maluf, ex-governador do estado de São Paulo, bem como os generais do período do regime autoritário, e ministros e demais cargos de relevância advindos de governos de direita, centro e esquerda. (O Estado de S. Paulo - Opinião - 08/05/26)

SITES DE REFERÊNCIA

Correio Braziliense – www.correioweb.com.br

Folha de S. Paulo – www.folhaonline.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estadao.com.br

*Informamos que o conteúdo na íntegra dos jornais Correio Braziliense, Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo não são disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a gedes@franca.unesp.br

Equipe

Coordenação

Héctor Luis Saint-Pierre (IPPRI/UNESP)

Juliana de Paula Bigatão (UNIFESP/Eppen-Osasco)

Marina Gisela Vitelli (UFRRJ)

Ismara Izepe de Souza (UNIFESP/Eppen-Osasco)

Supervisão

Isabelle Costa (Bolsista PIBIC)

Julia Helena Esmeraldo (Bolsista PIBEX)

Marcela Furlan de Cena

Equipe redação

Ashilley Arielle Pereira

Éryka Sammara Carnieletto Bento

Estevão Alves Sousa Assunção Aragão

Fernanda Gonzaga Fabrício

Giovanna Pereira dos Santos

Isabela Lopes Banfada da Silva

Isadora Helena Caleguer Figueiredo

Luisa Rajczuk Quege
Manuela Zelira de Menezes Torres
Maria Luiza Garcia Rabelo
Nicole da Silva Ribeiro
Nicole Souza Aguiar
Pedro Levi Negromonte de Lima
Vitória Cristina de Assunção Alves Bonfim